



SOTAVE

Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S.A.

Relatório e Contas da Administração e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao ano de 2004

Apresentação em Assembleia Geral
de 19 de Março de 2005

45º Exercício



SOTAVE - Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S. A. - Sociedade Aberta

capital social - 2.000.000 € | registo - nº 1 na Conservatória do Registo Comercial de Manteigas | contribuinte nº - 500 268 894

SOTAVE – SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A

(Sociedade Aberta)

Contribuinte nº. 500 268 894 Capital social: € 2.000.000,00

Matrícula nº. 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

Amieiros Verdes – 6260 MANTEIGAS

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os Senhores Accionistas da Sotave – Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S.A., NIPC 500.268.894, com sede no lugar de Amieiros Verdes, concelho de Manteigas, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Manteigas sob o nº 1, com o capital social de € 2.000.000,00, para, nos termos da lei e nos do art. 16º do pacto social, se reunirem em Assembleia Geral no próximo dia 19 de Março de 2005, pelas 10.30horas, na sede social, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Ratificar a designação, por cooptação, de António Craveiro Lopes para Administrador, ocorrida em 1 de Julho de 2004;
2. Apreciar, discutir e votar o relatório da gestão e as contas apresentados pelo Conselho de Administração respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004;
3. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados relativos ao mesmo exercício;
4. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade durante o exercício em causa;
5. Deliberar sobre a autorização para a compra e venda de acções próprias da Sociedade;
6. Proceder à eleição dos membros dos órgãos sociais para o triénio 2005-2007 (Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comissão a que alude o nº. 2 do artigo 24º do pacto social)

Observações:

Como resulta do disposto nos artigos 11º, nºs 1 a 3 do pacto social e do artigo 384º, nº 2, alínea a), do Código das Sociedades Comerciais, apenas poderão tomar parte na Assembleia Geral os accionistas que possuam o mínimo de 100 acção da sociedade e que façam prova da respectiva posse, nos termos estabelecidos no nº 1, do artigo 12º daquele pacto, até ao quinto dia anterior ao da reunião.

Os documentos relevantes, nomeadamente os referidos na alínea e) do artº 289º do Código das Sociedades Comerciais, estarão à disposição dos accionistas, na sede social, nos quinze dias anteriores à data da reunião da Assembleia Geral,

O voto pode ser exercido por correspondência.

Os accionistas interessados em exercer o direito de voto por correspondência devem dirigir uma carta ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, endereçada para a sede da Sociedade, sita no lugar de Amieiros Verdes, concelho de Manteigas, que encerre um sobreescrito fechado por cada ponto da ordem de trabalhos sobre que pretendam votar, mencionando cada sobreescrito tratar-se de um voto por correspondência, a reunião da assembleia geral e o ponto da ordem de trabalhos a que se refere; dentro de cada sobreescrito deve o accionista declarar o seu sentido de voto, nomeadamente tomando posição relativamente a quaisquer propostas antecipadamente apresentadas à assembleia geral; cada declaração de voto deve ser assinada, devendo a assinatura ser reconhecida ou objecto dos procedimentos legalmente tidos como equivalentes.

A consideração dos votos por correspondência fica dependente de os accionistas que recorram a tal possibilidade fazerem prova da sua qualidade de accionistas, nos termos gerais.

Só serão considerados os votos recebidos até ao 5º dia anterior ao dia da reunião, inclusive.

Caberá ao Secretário da Sociedade organizar a votação por correspondência, e em especial:

- a) abrir os votos;
- b) verificar a qualidade de accionista e o número de votos do votante;
- c) verificar a autenticidade dos votos;
- d) assegurar a confidencialidade dos votos até ao momento do início da votação do ponto da ordem de trabalhos a que respeitam.

Amieiros Verdes, dia 14 de Fevereiro de 2005

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Maria Margarida Medeiros)

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I – Introdução

Conforme adiante se explica, foi elaborado uma segunda versão das contas, no seguimento dos contactos havidos com a CMVM.

Dando cumprimento ao estabelecido na lei e no pacto social, a Administração vem apresentar aos Senhores(as) accionistas, o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2004.

II – Envoltorios externa e interna

Ao longo do ano que agora terminou, persistiu uma envolvente particularmente adversa, tendencialmente agravada, em especial ao nível macroeconómico, tanto no plano externo como no plano interno.

Ao longo deste período, persistiram desequilíbrios assinaláveis, agravados pela subida do preço do petróleo, a alta do euro, e riscos latentes de natureza geopolítica.

Ao nível da economia americana, as estimativas para o crescimento, em 2005, foram revistas em baixa, para 3,3%, depois de ter crescido em torno de 4%, em 2004, sendo que o abrandamento do sector produtivo e do consumo, aliado à manutenção de elevado preço do petróleo, são os principais factores de risco para a retoma sustentada, parecendo haver interesse na manutenção de uma trajectória de queda para o dólar, o que poderá induzir maior arrefecimento da economia.

Ao nível da zona euro, a economia deverá expandir-se a um ritmo idêntico ao de 2004, isto é, pouco menos de 2%. O crescimento deverá continuar a assentar principalmente na procura externa, mas existem perspectivas de maior dinamismo da procura interna. As exportações podem continuar a sofrer com a alta do euro, embora esta tenha efeitos benéficos em termos inflacionistas e aumente o rendimento disponível das famílias. A inflação poderá manter-se acima dos 2%, no entanto, a apreciação do euro travará subidas mais acentuadas. Perante isto, o BCE defronta um dilema de política monetária, sendo que em última análise as taxas permanecerão inalteradas por mais tempo do que o inicialmente estimado.

No caso português, o Banco de Portugal manteve inalterada a previsão de crescimento do PIB em 2004, em 1,25%, apontando como estimativa para 2005 um comportamento em torno de 1,6%.

O ritmo de crescimento poderá, assim, acelerar ligeiramente beneficiando de um contributo menos negativo da procura externa, sendo que a procura interna crescerá mais moderadamente.

Por outro lado, a despesa das famílias continuará limitada pelo contínuo agravamento dos níveis de endividamento e pela perspectiva de que o desemprego se mantenha elevado. Quanto ao investimento, deverá manter um ritmo de crescimento idêntico ao de 2004, continuando a beneficiar de condições financeiras favoráveis.

A inflação média deverá estabilizar ou desacelerar marginalmente, reflectindo aumentos moderados dos salários e o abrandamento do consumo.

Quanto à política orçamental, não são esperadas alterações substanciais, relativamente aos últimos anos, isto é, a ênfase continuará colocada no controle da despesa e à possibilidade de recurso a medidas extraordinárias.

Ao nível sectorial, não é por demais salientar as consequências negativas que se vislumbram para o tecido económico nacional, advindas da total liberalização do comércio mundial dos artigos têxteis e vestuário, os quais deixaram de estar sujeitos a contingentes desde 31 de Dezembro de 2004.

As quotas que durante três décadas condicionaram o comércio internacional de têxteis e vestuário, desapareceram, e quando a eliminação das quotas foi decidida, ninguém imaginava que a China se tornaria uma potência têxtil tão grande, e tão rapidamente. Este país, tornou-se entretanto o maior exportador mundial de vestuário, com 28% do mercado global, sendo que a Índia tem feito da produção de têxteis um dos principais motores do seu crescimento, prevendo quadruplicar as suas exportações até 2010.

III – Evolução da Estrutura e dos Recursos

No plano interno, ao nível dos recursos humanos, pela força das circunstâncias, mantivemos o reforço da política de emagrecimento que vinha a ser seguida, no sentido da redução do número de efectivos e ajustamento ao mercado, com especial incidência no decurso do segundo semestre do exercício.

Tememos, contudo, que em face do actual nível de procura, a redução do quadro de pessoal continue ainda a ser insuficiente, e, por isso, geradora de desequilíbrios económicos.

Em complementaridade desta política, importa salientar a adopção da medida de interrupção da prestação de trabalho – Lay Off – em alguns dos sectores fabris que apresentaram menor dinâmica ao longo do primeiro semestre, e onde ressaltou um maior excedente de recursos humanos, medida essa, que vigorou desde os finais do mês de Janeiro de 2004, até meados do ano, e visou a minimização dos efeitos da crise económica que nos vem afectando.

No âmbito da formação profissional, foram desenvolvidas acções formativas a que nos tínhamos candidatado em sede do P.O.E.F.D.S./04, tendo sido ministrados dois cursos, nomeadamente de controlo da qualidade em confecção, e um curso técnico para costureiras.

Nesta área, promovemos ainda a candidatura ao P.O.E.F.D.S./05 – tipologia de projecto 2.2.2 – Desenvolvimento Organizacional, bem como ao Programa FACE, no âmbito do I.E.F.P., dando continuidade à política de formação profissional que tem vindo a ser seguida.

Relativamente ao projecto de informatização, procedemos, na área produtiva, à informatização do armazém de fios para o sector das malhas, e do sistema de gestão de receitas e planeamento do sector da tinturaria, ainda em curso. Na área de gestão, implementámos o custeio industrial para o sector das malhas, encontrando-se em fase de implementação, o módulo de gestão de encomendas e facturação do mesmo sector.

O Planeamento e controlo da produção, que constitui a fase final de todo o processo de informatização, por vicissitudes várias tem sofrido sucessivos atrasos. De qualquer modo, já foram dados passos importantes na recolha e lançamento de equipamentos e dados técnicos, em praticamente todos os sectores fabris, encontrando-se em falta a afinação de parâmetros e cálculos técnicos, teste e validação de ordens de fabricação, de modo a que todo o edifício informático possa estar, finalmente, concluído.

Desenvolveram-se acções, com vista à manutenção de edifícios fabris e equipamentos, com o objectivo de obter melhores condições de trabalho.

Na vertente comercial, o primeiro semestre revelou-se extremamente desfavorável, com insuficiência de encomendas, particularmente no sector de fios e malhas, sendo que o sector de tecelagem registou um desempenho menos desfavorável.

O segundo semestre, que tradicionalmente apresenta melhor desempenho não deixou de registar a tendência de decréscimo nos proveitos que já se tinha verificado no primeiro semestre, com destaque para os grupos de produtos já atrás referidos, e com a agravante da alta do euro, que provocou o afastamento de potenciais compradores dos E.U.A., da nossa carteira efectiva de clientes.

Além disso, continuámos a política de renovação de produtos, o que possibilitou a criação de novas colecções de tecidos, quer para a época de Primavera – Verão, quer para a época de Outono - Inverno, e a criação de nova colecção de malhas para a época de Verão, mais de acordo com as tendências actuais.

Entretanto, estivemos presentes em diversos eventos comerciais, com vista à promoção dos produtos da empresa, nomeadamente na Heimtêxtil – Frankfurt, Innova - Lisboa, para além da presença no mercado dos E.U.A., Textilhome em S. Paulo - Brasil, Tissus Premier, tendo ainda sido preparada a participação da empresa na Heimtêxtil/05.

IV – Evolução dos negócios

Foram vários os factores exógenos que se conjugaram no ano de 2004, para que o desempenho dos negócios da empresa atingisse níveis, que consideramos baixos, e sobre os quais já nos pronunciámos anteriormente.

Apesar de todo o esforço de reestruturação, de dinamização comercial e de expansão dos segmentos de negócio mais atractivos, não se produziram os efeitos previstos no ano de 2004, dado que se verificou uma quebra de 22,9% nas vendas realizadas neste período, relativamente ao ano anterior – 2003.

Para a fraca performance do volume de vendas global, contribuiu o comportamento mais desfavorável das vendas do sector dos fios e malhas, com quebras de, respectivamente, 30,6% e 27,5%, tendo o sector da tecelagem registado uma evolução menos desfavorável que aqueles sectores, com uma quebra de vendas de 11,3%, relativamente a 2003.

Por outro lado, sofremos, ainda, as consequências da retracção do volume de negócios que se verificou no sector têxtil, o que nos ocasionou um decréscimo de 29,7% nos serviços prestados a terceiros.

V – Análise económico - financeira

Em face do decréscimo de 22,9% nas vendas, conforme já referido, e do decréscimo dos proveitos resultantes da prestação de serviços, em cerca de 29,7%, a par da variação de produção negativa, os resultados operacionais resultaram negativos, tendo-se verificado um agravamento relativamente ao mesmo período do ano anterior, em cerca de 81,6%, correspondendo a 720.758 euros.

No que respeita aos resultados operacionais, será de realçar, ainda assim, o decréscimo dos custos com o pessoal (cerca de 283.394 euros), a redução dos fornecimentos e serviços de terceiros (cerca de 52.090 euros) e ainda a diminuição dos outros custos operacionais (cerca de 14.330 euros).

Não obstante a redução dos fornecimentos e serviços de terceiros, houve um maior esforço de investimento com a participação em feiras e outros eventos no mercado externo, encontrando-se também reflectido o agravamento na rubrica de seguro da carteira de clientes do mercado externo, o aumento dos prémios de seguro inerentes à cobertura de activos – edifícios, equipamentos e existências de matérias primas e produtos acabados e em vias de fabrico –, cuja actualização passou a reflectir uma cobertura que consideramos mais adequada.

Os reflexos da conjuntura económica globalmente desfavorável que se registaram, os quais, naturalmente, não se encontram incluídos nos poderes inerentes à gestão da sociedade, não permitiram que os resultados operacionais obtidos espelhassem o esforço desenvolvido, no sentido de imprimir outra dinâmica, tendo, ao invés, anulado esse esforço e adiado as expectativas criadas.

No que respeita às restantes rubricas da Demonstração dos Resultados, deve salientar-se, que os custos e perdas financeiras foram superiores aos do ano anterior, devido, essencialmente, ao agravamento das condições financeiras, e por outro lado, devido ao agravamento das condições de liquidez do mercado, com maior necessidade de recurso a desconto de papel comercial, tendo, ainda assim, sido compensadas em cerca de 50% pelos proveitos financeiros.

Pelos motivos expostos, os resultados financeiros, foram inferiores aos do ano transacto.

Por fim, os proveitos extraordinários obtidos, mais do que compensaram os custos e perdas extraordinários, devido à imputação ao exercício de parte dos incentivos recebidos, no âmbito de investimentos anteriores ao abrigo do SIMIT.

Considerando os aspectos acima mencionados, os resultados líquidos foram negativos, no montante de 1.629.647,65 €, o que reflectiu um agravamento, face ao exercício anterior, mas que esperamos compensar no próximo exercício, em face das expectativas de recuperação económica global.

Ao nível das contas de balanço, e relativamente às *provisões para outros riscos e encargos*, é de salientar que a assembleia geral de accionistas, realizada em 31 de Março de 2004 deliberou, por esmagadora maioria de votos, a anulação do pagamento das pensões aos ex-administradores. Entretanto, foram interpostas acções judiciais, ainda em curso, pelo que, no estrito cumprimento do princípio contabilístico da *prudência*, foi mantida no passivo a referida provisão no montante de 511.806,13 euros, situação que se corrigirá quando tais acções judiciais transitarem em julgado. Esta situação originou a emissão de uma segunda versão das contas, dado que nas elaboradas anteriormente aquela provisão tinha sido anulada.

De salientar, ainda, que, apesar da redução dos proveitos operacionais no exercício de 2004, associada a assinaláveis dificuldades de liquidez do mercado, foi possível a redução do endividamento bancário, em cerca de 3%, relativamente ao ano anterior.

Em face de tudo o referido, a autonomia financeira da empresa, situava-se no final do exercício de 2004, em 40,14%.

Tendo em conta a legislação em vigor, deve referir-se que:

- Existiam débitos em mora ao sector público estatal, nomeadamente os relativos ao IVA, IRS e Imposto de Selo, correspondentes aos meses de Julho a Novembro de 2004, bem como à Segurança Social. Relativamente a esta última dívida, no decurso do mês de Dezembro foi efectuado acordo com o Instituto de Gestão Financeira, com vista à regularização da situação.
- Foram mantidos os critérios valorimétricos que têm vindo a ser adoptados, baseados nos preços de factura das matérias-primas e subsidiárias, bem assim dos acessórios não utilizados, corrigindo-se os produtos acabados e em vias de fabricação com os custos das operações efectuadas.
- As amortizações e reintegrações foram calculadas segundo o método das quotas constantes conforme o previsto no Decreto Regulamentar nº 2/90. Contudo, porque todo o activo tangível não teve o desgaste habitual que resulta da normal laboração da fábrica, porque o decréscimo de produção assim o determinou, as taxas utilizadas no cálculo das amortizações

correspondem a 50% das previstas no artº 5º, redução essa que o nº 2 do artº 19º do referido Diploma contempla, cujo efeito produz uma diminuição de 156.760,30 Euros. As provisões contabilizadas, no valor de 178.315,90 euros, permitem um acautelamento sobre os créditos de cobrança duvidosa.

- O número total de acções detidas pela empresa, em 31 de Dezembro de 2004, era de 39.340 acções a um preço médio final de 3,88 Euros.
- Como habitualmente, foi considerada ao nível da contabilização dos custos, a especialização do encargo com férias e subsídio de férias, e ao nível dos proveitos, a reposição da parte devida das amortizações respeitantes ao equipamento adquirido ao abrigo do Sistema de Incentivos à Modernização da Indústria Têxtil – SIMIT, no valor de 41.794,95 euros, do projecto de Reestruturação, no montante de 1.409,60 euros, e do P.O.E.F.D.S / 03, no montante de 4.982,31 euros.
- Não se procedeu ao pagamento de dividendos antecipados.
- Declara-se que não ocorreram factos relevantes após o fim do exercício, e que os elementos prestados nesta informação são verídicos, não havendo qualquer omissão que altere significativamente o seu sentido.

VI – Perspectivas futuras

No ano de 2005, os desafios à actividade da Vossa empresa, tanto em Portugal como no estrangeiro, não vão ter contornos mais favoráveis do que nestes dois anos mais recentes, atentas as condições de liberalização total do comércio dos têxteis e do vestuário, ditadas pelo fim do regime das quotas no comércio mundial.

De qualquer modo, continuamos a esperar o retorno das medidas implementadas anteriormente, nomeadamente com o esforço de internacionalização, dos contactos desenvolvidos com clientes do mercado externo com os quais já efectuámos negócios, e clientes potenciais de mercados intracomunitário e outros, pretendendo-se reconquistar a quota do mercado interno, pois neste momento, vários indicadores permitem sustentar uma expectativa positiva quanto ao início de uma efectiva recuperação económica em 2005.

Na verdade, continuamos a acreditar que as acções desenvolvidas anteriormente terão um reflexo positivo nos proveitos e custos do ano de 2005, tanto mais que é sentimento global que o contraciclo em que os agentes económicos têm vivido já terá atingido o seu ponto mais baixo, e que a retoma estará no seu início.

Por outro lado, as várias acções encetadas no plano comercial, nomeadamente a contratação de agentes comerciais em vários países comunitários, e o projecto de internacionalização de marcas portuguesas levado a efeito pela Socimosta, Lda., deverão também, contribuir para uma melhoria global dos proveitos, principalmente os relacionados com os sectores de maior debilidade, se o ambiente económico se confirmar mais positivo.

No que respeita ao sector dos têxteis lar, estimamos resultados mais positivos no decurso do exercício de 2005, principalmente provenientes de clientes dos E.U.A., com os quais nos mantemos em expectativa positiva, depois de sucessivas tentativas de negócio no decurso de 2004.

No sector de tecidos, acreditamos, também, que a captação de novos clientes originários da Alemanha, possam potenciar uma maior dinamização dos negócios neste sector e originar um aumento da produção, no decurso do ano 2005.

VII – Estratégia

Neste enquadramento, a Sotave, S.A., continuará a acentuar, em 2005, a orientação estratégica de concentração de esforços e investimentos, iniciada em 2002, em dois vectores:

1. Dinamização comercial

A Administração da empresa continuará a adoptar uma estratégia de gestão de marketing, que se consubstanciará num processo de renovação de produtos, com melhor aceitação no mercado, com vista ao aumento da qualidade e do design.

Consideramos de importância vital a manutenção do desenvolvimento de uma política de distribuição que intensifique a exploração dos mercados actuais e outros, que potencialmente se apresentem como viáveis, com vista, principalmente, a um maior incremento das exportações e, consequentemente, ao incremento do volume de negócios.

2. Reestruturação do sector produtivo

Na vertente industrial, procuraremos continuar a implementar mudanças contínuas, no sentido da melhoria da produtividade, da gestão da qualidade, do planeamento e controlo da produção, sempre norteados pela racionalização dos custos e redimensionamento dos vários sectores produtivos, para corresponder, e se ajustar, às linhas decorrentes da realidade comercial e de marketing.

Procuraremos optimizar o desempenho dos recursos humanos através da formação profissional contínua e, por outro lado, concluir o projecto de informatização da empresa, no sentido de promover a maximização da sua eficiência global e concluir a obtenção de um sistema de custeio fiável.

Por fim, pensamos continuar o processo de reestruturação que necessariamente passará por duas fases sequenciais ou cumulativas, isto é, numa primeira fase, adequar o número de efectivos à tecnologia existente e, numa segunda fase, proceder ao investimento no reequipamento indispensável para a melhoria da qualidade e da produtividade, recorrendo principalmente a instrumentos de gestão modernos e eficientes, para se afirmar no nicho de mercado, que a nosso ver terá sucesso no futuro.

Devido à crise conjuntural vivida até ao presente, o Conselho de Administração, numa atitude de prudência e de manutenção da política de reestruturação, tomou medidas de gestão, no final do quarto trimestre de 2004, de modo a minimizar estrangulamentos económicos e financeiros para a empresa, aproveitando os poucos meios que o Governo coloca à disposição, para compensar a rigidez das leis laborais, problema mais notório em épocas de recessão económica global.

Neste contexto, formulou candidatura ao Programa FACE, junto do IEFP, o qual visará dotar os trabalhadores de maiores competências profissionais, numa fase de baixa de actividade, e contribuirá para a reestruturação industrial e organizativa em curso, certos de que os esforços de internacionalização já desenvolvidos nos permitirão a breve prazo ultrapassar uma conjuntura menos favorável.

VIII – Agradecimentos

Aos nossos clientes somos devedores da preferência com que nos continuaram a honrar e reafirmamos o propósito de manter e aprofundar as nossas relações.

É-nos grato referir a confiança e consideração que continuamos a merecer das instituições financeiras com que trabalhamos.

Ao Conselho Fiscal e aos nossos Auditores, a quem apresentamos os nossos melhores cumprimentos, continuamos devedores do apoio e colaboração que sempre nos prestaram.

Com os nossos colegas e fornecedores mantivemos o clima de cordialidade e colaboração do passado.

Aproveitamos para agradecer aos nossos agentes comerciais todo o esforço desenvolvido.

Por fim, aproveitamos para agradecer aos trabalhadores que connosco colaboraram, a sua dedicação e entusiasmo, que permitiram minimizar as consequências da crise.

IX – Proposta de Aplicação de Resultados

Ficamos à disposição de V^{as} Ex^{as} para quaisquer esclarecimentos complementares, e propomos que o resultado líquido negativo de 1.629.647,65 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Se a nossa proposta merecer a Vossa aprovação, o valor das Reservas e outras contas de capitais próprios, excluído o Capital Social e o Fundo de Regularização de Dividendo, passará a ser de 106.720,89 euros.

Manteigas, 8 de Março de 2005

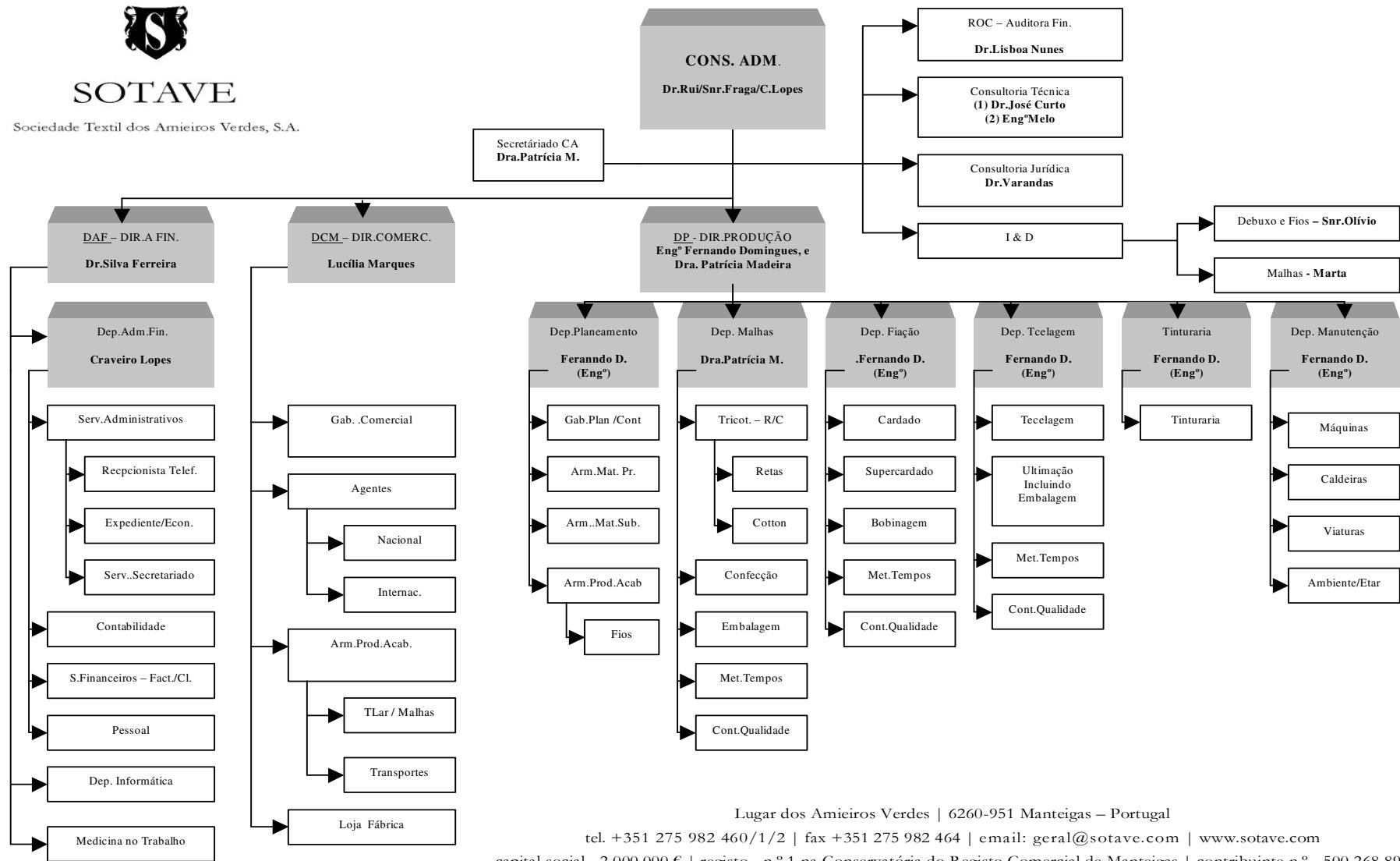
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Francisco José Ascenção Fraga

António Craveiro Lopes

GOVERNO DAS SOCIEDADES (Regulamento nº 11/2003 da CMVM)



Capítulo O – Declaração de Cumprimento

Foram tidos em conta os parâmetros de recomendação previstos nos Regulamentos nºs 07/2001 e 11/2003, fazendo referência apenas a dados que, do nosso ponto de vista, merecem ser divulgados porque são do interesse dos accionistas.

Nos termos do nº 3 do Artigo 8º A do Regulamento da CMVM nº 13 / 2002 e 4/2004, as Informações a prestar aos Accionistas, passa a ser feita, apenas, através do site da CMVM e do site da própria empresa.

Capítulo I – Divulgação de Informação

1. Para além de integrarem o órgão colectivo Conselho de Administração, em cujas reuniões são tomadas as principais decisões e estabelecida a orientação geral para a Empresa, os Administradores assumem a responsabilidade directa por sectores que lhes estão distribuídos.

Os níveis de responsabilidade funcional encontram-se amplamente discriminados no organograma da empresa, que se divulga em anexo, no quadro de decisão empresarial, sendo que, desde sempre, o Sector de Malhas goza de ampla autonomia no que respeita ao planeamento da sua produção e à comercialização da mesma.

Os elementos relativos à empresa a que alude o artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais estão divulgados na Internet na página da empresa (www.sotave.com), nomeadamente em informação ao investidor.

2. Não existem comissões específicas criadas na Sociedade.

3. O sistema de controlo de riscos implementado na Sociedade, obedece a uma permanente análise de contas, a nível da administração, nomeadamente pelo administrador encarregado pela área financeira, bem como pela SROC, Grant Thornton que, semestralmente, procede à auditoria geral das contas de terceiros. Em termos de avaliação e controlo de risco, existe um contrato de assistência técnica de informação com a empresa Dun & Bradstreet e os créditos que indiciam maior risco, principalmente sobre o estrangeiro, encontram-se seguros por companhia especializada neste tipo de créditos – Crédito Y Caucion.

4. Evolução da cotação das acções:

OSCILAÇÃO DA COTAÇÃO DAS ACÇÕES

Acções/Datas	Início ano	VI. Máximo	VI. Mínimo	% VI. Nominal	Fim do ano
	€	€	€	%	€
Amieiros Verdes					
02-01-2004	2,62			52,40%	
01-04-2004		3,00		60,00%	
06-12-2004			0,95	19,00%	
29-12-2004				36,40%	1,82

5. Política de Distribuição de Dividendos:

Por tradição a Empresa privilegia a solidez da sua estrutura financeira, procurando manter um elevado rácio de autonomia.

Dentro desta linha de orientação a distribuição de dividendos tem sido sempre condicionada a uma disponibilidade de tesouraria que não ponha em causa o princípio acima enunciado.

Nos últimos três anos foram negativos os resultados obtidos pela empresa, motivo que determinou não ter havido qualquer pagamento de dividendos.

O último pagamento foi feito em 2001, relativo ao exercício de 2000 foi de € 0,299, ilíquido, por acção.

6. Não existem planos de atribuição ou planos de atribuição de opções de aquisição de acções da Empresa por parte dos titulares dos órgãos sociais ou trabalhadores da Empresa.

7. Não ocorreram negócios e operações entre, por um lado, a sociedade e, por outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, que tivessem sido significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas

8. Não existe nenhum Gabinete de Apoio ao Investidor. A empresa tem recorrido à utilização das novas tecnologias de divulgação, nomeadamente através dos sites da CMVM e da SOTAVE, assim como privilegia o contacto com os Accionistas que o solicitem através do “correio electrónico”.

As funções que caberiam ser desempenhadas por este Gabinete de Apoio, ficam a cargo do administrador incumbido das relações com o Mercado – Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira ou pelo administrador, Sr. António Craveiro Lopes.

Os contactos podem ser feitos através de:

Telefones: 275 982460 – 275 982461/2/3

Telefax: 275 982464

E-mail's: silva.ferreira@sotave.com
craveiro.lopes@sotave.com

Aos Accionistas que se encontram identificados no ficheiro da empresa são atempadamente enviados os documentos preparatórios das Assembleias gerais, bem como qualquer informação que seja considerada relevante, entretanto divulgada nos referidos sites.

9. Composição da Comissão de Remunerações

Composição: - Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho
- Arqº João Adelino Paixão Salvado
- Engº José Paulo Ascenção Fraga

A Senhora Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho, foi, até à data de 30 de Junho de 2004, presidente do conselho de administração.

O Senhor Engº José Paulo Ascenção Fraga é irmão do administrador Francisco José Ascenção Fraga.

O Senhor Arquitecto João Adelino Paixão Salvado é igualmente vogal do Conselho Fiscal da empresa.

Os laços familiares existentes entre pessoas de cargos distintos, derivam do facto da Sociedade se encontrar sediada numa localidade pequena e no interior do país, e a sua fundação ter tido origem exactamente em grupos familiares da terra.

10. Remuneração do Auditor

A empresa que audita as Contas da Sociedade é :

Grant Thornton & Associados - SROC, Lda.
Ex – Victor Franco e Lisboa Nunes, SROC
Edifício Amadeo Sousa Cardoso
Alameda António Sérgio, nº 22 – 11º A
Miraflores
1495 – 132 Algés

Sendo que no ano de 2004, foram efectuados pagamentos, a título de honorários, no montante de 10.400 Euros, e a título de reembolso de despesas a importância de 1.583,73 Euros, num total de 11.983,73, não tendo sido pagos quaisquer valores a outros títulos.

Capítulo II – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

1. O artigo 11º do Estatuto não prevê nem proíbe, como forma de representação na Assembleia Geral de accionistas, o voto por correspondência. Assim, prevalece o estatuto do Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente nos seus artigos 249º, 380º e 384º, e o previsto no Artigo 22º do CVM.
2. Não existe modelo próprio para o efeito. A empresa não dispõe de meios electrónicos para o exercício do direito de voto.
3. O direito de voto deve, nos termos estatutários, ser pessoalmente exercício. Entretanto, os estatutos admitem a possibilidade de, mediante carta endereçada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, os accionistas se fazerem representar por um outro accionista, nos termos das regras em vigor.
4. A antecedência exigida no Estatuto para o depósito ou bloqueio de acções para participação na Assembleia Geral é de 5 dias.
5. O prazo que medeia entre a recepção da declaração de voto e da realização da assembleia geral é, igualmente, de 5 dias.
6. A cada grupo de 100 acções corresponde um voto, conforme prevê o nº. 4 do artigo 11º do Estatuto da Sotave.

Capítulo III – Regras Societárias

1. Não existem códigos de conduta da Sociedade ou quaisquer regulamentos internos respeitantes à matéria de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

Esta matéria considera-se regulada pela Lei Geral.

2. Não existe regulamentação relativa aos procedimentos a adoptar para efeitos de controlo de risco da actividade, nem unidade orgânica dedicada à auditoria interna. O acompanhamento das situações de risco é feita através da análise da contabilidade e reforçado pela obtenção de informações comerciais, quer junto da banca quer das empresas especializadas, bem como através da seguradora da carteira de crédito para o mercado externo.
3. Não existem limites ao exercício do direito de voto da mesma forma como não existem titulares de direitos especiais.

É desconhecida a existência de qualquer acordo parassocial.

Capítulo IV – Órgão de Administração

1. De harmonia com os estatutos, a Administração é constituída por 3 ou cinco administradores. A Administração actualmente em exercício é constituída por 3 elementos, todos eles funções executivas:

Vogais - Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira
- Francisco José Ascenção Fraga
- António Craveiro Lopes

Todos os administradores são accionistas da Empresa, condição sine qua non para o exercício destas funções e exercem a sua actividade a tempo completo sendo, por isso, considerados como administradores executivos.

Nos termos do Artigo 1º, do Regulamento nº. 11/2003, todos os administradores são considerados como “administradores independentes”.

2. Não existe comissão executiva nem qualquer outra comissão com competência em matéria de gestão.
3. De acordo com os Estatutos Societários o Conselho de Administração reúne uma vez por mês, embora na prática o contacto entre os seus membros seja permanente e as decisões dos assuntos mais correntes sejam tomadas em reuniões informais. Contudo, no ano de 2004, o número de reuniões do conselho de administração foi de 30.
4. A remuneração dos membros do Conselho de Administração, bem assim dos restantes órgãos sociais, é anualmente estabelecida por uma comissão de remunerações, eleita pela Assembleia Geral com um mandato coincidente com o dos Órgãos Sociais.
Não existe, portanto, uma política estabelecida de remunerações.
5. As remunerações dos administradores são fixas. Nos termos do nº. 2 do Artigo 23º do Estatuto da Sociedade, aos administradores pode ser atribuída, pela Assembleia Geral, uma percentagem do lucro líquido do exercício até ao limite global de dez por cento do mesmo.
Entretanto, como os resultados líquidos dos últimos 3 exercícios foram negativos, não se aplicou, no exercício, qualquer gratificação ao Conselho de Administração.

Aos administradores “executivos” e “independentes”, para o conjunto do ano, as remunerações fixas atribuídas foram as seguintes:

	<u>2004</u>
Presidente.....	29.020,99 €
Vogais.....	<u>101.094,40 €</u>
No valor global total de.....	130.115,39 €

SOTAVE – SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.
(Sociedade Aberta)

Contribuinte Nº 500.268.894 • Capital Social € 2.000.000,00
 Matrícula Nº 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Código das contas POC	Activo	EXERCÍCIOS		2003
		2004	2003	
		Activo bruto	Amort./Provisões	Activo líquido
431/35	Imobilizado			
	Imobilizações Incorpóreas			
	Despesas Invest. e Desenvolvimento	571.558,63	426.348,48	145.210,15
		571.558,63	426.348,48	145.210,15
	Imobilizações corpóreas			
421	Terrenos e recursos naturais	73.616,65		73.616,65
422	Edifícios e outras construções	1.883.450,81	1.455.841,00	427.609,81
423	Equipamento básico	7.029.588,50	6.566.554,34	463.034,16
424	Equipamento de transporte	131.202,66	100.251,40	30.951,26
425	Ferramentas utensílios	21.377,82	20.211,98	1.165,84
426	Equipamento administrativo	331.851,62	258.488,74	73.362,88
429	Outras imobilizações corpóreas	407.788,35	242.358,89	165.429,46
441/448	Imobilizações em curso			
		9.878.876,41	8.643.706,35	1.235.170,06
	Investimentos financeiros			
4111	Partes de capital em empresas de grupo			
4114	Partes de capital em outras empresas	31.592,78		31.592,78
		31.592,78	31.592,78	31.592,78
	Circulante:			
	Existências:			
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	653.242,32		653.242,32
35	Produtos e trabalhos em curso	906.096,89		906.096,89
33	Produtos acabados e intermédios	902.948,10		902.948,10
32	Mercadorias			
37	Adiantamentos por conta de compras			
		2.462.287,31	2.462.287,31	3.000.749,81
	Dívidas de terceiros - curto prazo:			
211	Clientes c/c	849.921,35		849.921,35
212	Clientes, títulos a receber	182.444,22		182.444,22
218	Clientes de cobrança duvidosa	631.677,46		631.677,46
24	Estado e outros entes públicos	32.134,39		32.134,39
262+266				
267				
268+221	Outros devedores	34.088,54		34.088,54
		1.730.265,96	631.677,46	1.098.588,50
18	Títulos negociáveis			
	Outras aplicações de tesouraria			
		0,00	0,00	0,00
	Depósitos bancários e caixa:			
12	Depósitos à ordem	118.694,22		118.694,22
11	Caixa	1.393,71		1.393,71
		120.087,93		120.087,93
276	Acréscimos e deferimentos:			
272	Activos por impostos diferidos	13.667,30		13.667,30
	Custos diferidos	13.417,33		13.417,33
		27.084,63		27.084,63
	Total de amortizações	9.070.054,83		9.070.054,83
	Total de provisões	631.677,46		631.677,46
	Total do activo	14.821.753,65	9.701.732,29	5.120.021,36

Amieiros Verdes (Manteigas), 8 de Março de 2005

O Conselho de Administração
Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira
Francisco José Ascensão Fraga
António Craveiro Lopes

SOTAVE – SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.
(Sociedade Aberta)

Contribuinte Nº 500.268.894 • Capital Social € 2.000.000,00
 Matrícula Nº 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Código das contas POC	Capital próprio e passivo	EXERCÍCIOS	
		2004	2003
	Capital Próprio:		
51	Capital	2.000.000,00	2.000.000,00
521	Acções próprias	-196.700,00	-196.700,00
522	Acções próprias – prémios e descontos	44.122,16	44.122,16
54	Prémio de emissão de acções	523.737,79	523.737,79
55	Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas		
56	Reservas de reavaliação	253.015,61	275.590,31
	Reservas:		
571	Reservas legais	448.918,11	448.918,11
574	Reservas livres		254.570,49
577	Reserva a que se refere o artº 324º CSC	152.577,84	152.577,84
578	Fundo para regularização do dividendo	100.836,72	100.836,72
59	Resultados transitados	358.119,26	874.804,91
88	Resultado líquido do exercício	-1.629.647,65	-793.830,84
	Total do capital próprio	2.054.979,84	3.684.627,49
	Provisões para outros riscos e encargos		
291	Pensões de Reforma	511.806,13	518.372,89
	Passivo:		
	Dividas a terceiros - médio e longos prazos:		
23	Empréstimos bancários	649.519,16	99.759,58
	Dividas a terceiros - curto prazo:		
23	Empréstimos bancários	193.716,42	769.956,27
222	Fornecedores c/ títulos a pagar	102.285,90	
221	Fornecedores c/c	162.134,74	78.829.73
255	Outros accionistas	231.364,64	884,61
24	Estado e outros entes públicos	500.847,89	161.783,37
261.267			
266.267	Outros credores	307.364,39	410.139,24
268.211			
		1.497.713,98	1.421.593,22
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	262.682,04	281.532,30
274	Proveitos diferidos	114.495,51	162.682,37
276	Passivos por impostos diferidos	28.824,70	31.333,00
		406.002,25	475.547,67
	Total do passivo	3.065.041,52	2.515.273,36
	Total do capital próprio e do passivo	5.120.021,36	6.199.900,85

O Técnico Oficial de Contas

Odeté da Graça David Ganilha

SOTAVE – SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.
(Sociedade Aberta)

Contribuinte Nº 500.268.894 • Capital Social € 2.000.000,00
 Matrícula Nº 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Código das contas POC	Custos e Perdas	EXERCÍCIOS		
		2004	2003	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: Mercadorias Matérias	10.093,98 730.878,13	740.972,11 682.756,10	11.157,21 1.090.490,40
62	Fornec. Serviços Externos			1.101.647,61
641+642	Custos com o pessoal: Remunerações Encargos Sociais:	1.621.781,72		734.846,40
643+644	Pensões	23.930,74		1.846.143,15
645/8	Outros	384.582,90	2.030.295,36	35.553,96 431.992,04
66	Amortizações de imobilizado corpóreo	280.632,23		2.313.689,15
67	Incorpóreo Provisões	178.315,90	458.948,13	456.791,37 16.487,13
63	Impostos	34.961,47		473.278,50
65	Outros custos operacionais	4.915,84	39.877,31	18.668,30 9.740,12
	(A)			28.408,42
4682	Perdas em emp. Associadas		3.952.849,01	
683+684	Amortiz. Aplic. Financeiras Juros e custos similares: Rel. empresas interligadas			4.651.870,08
	Outros	155.304,19	155.304,19	101.886,29
				101.886,29
69	(C)		4.108.153,20	
	Custos e perdas extraordinárias		28.042,94	4.493,54
	(E)		4.136.196,14	4.758.249,91
86	IRC – Imposto sobre o rendimento		1.507,50	
88	(G)		4.137.703,64	-3.258,40
	Resultado líquido do exercício		-1.629.647,65	4.754.991,51
				-793.830,84
			2.508.055,99	3.961.160,67

Amieiros Verdes (Manteigas), 8 de Março de 2005

O Conselho de Administração

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Francisco José Ascensão Fraga

António Craveiro Lopes

SOTAVE – SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.
(Sociedade Aberta)

Contribuinte Nº 500.268.894 • Capital Social € 2.000.000,00
 Matrícula Nº 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Código das contas POC	Proveitos e Ganhos	EXERCÍCIOS		
		2004	2003	
71	Vendas: Mercadorias Produtos Acabados Fios Malhas Tecidos Subprodutos	10.093,98 412.147,34 1.164.470,70 913.194,02 388,05 2.500.294,09		11.157,21 594.275,87 1.605.294,39 1.029.282,27 4.820,00 3.244.829,74
72	Prestação de serviços: Diversos Conta Alheia: Cardação e Fiação Super Cardado Tinturaria Ultimação Outras			360,00 92.513,67 907,07 12.374,28 58.927,44
75	Variação de produção	116.008,94	2.616.303,03	165.082,46
73	Trabalhos para a própria empresa	69.754,24	-397.295,37	196.910,30
74	Proveitos suplementares	3.279,55		41.180,65
76	Subsídios exploração	55.003,03		
	Outros proveitos ganhos operacionais	1.355,45	129.392,27	884,68
	(B)		2.348.399,93	161.357,25
782	Ganhos em empresas Grupo			
784	Rend. particip. Capital Rend. Títulos negociáveis: Relativos empresas grupo Outros			
781/788	Outros juros e prov. similares: Relativ. Empresas grupo Outros (D)	71.107,37	71.107,37	76.989,87
			2.419.507,30	76.989,87
79	Proveitos extraordinários		88.548,69	115.991,05
	(F)		2.508.055,99	3.961.160,67

RESUMO	2004	2003
Resultados operacionais	(B)-(A)	-1.604.449,08
Resultados financeiros	(D-B) - (C-A)	-84.196,82
Resultados correntes	(D) - (C)	-1.688.645,90
Resultados antes de imposto	(F) - (E)	-1.628.140,15
Resultados Líquidos	(F) - (G)	-1.629.647,65
		-793.830,84

O Técnico Oficial de Contas

Odete da Graça David Ganilha

SOTAVE – SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.
(Sociedade Aberta)

Contribuinte Nº 500.268.894 • Capital Social € 2.000.000,00
 Matrícula Nº 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

Demonstração dos resultados por funções	Exercícios	
	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	2.616.303,03	3.409.912,20
Custos das vendas e prestações de serviços	3.139.451,91	3.168.319,23
	<i>Resultados brutos</i>	<i>-523.148,88</i>
Outros proveitos e ganhos operacionais (+)	217.940,96	262.382,96
Custos de distribuição	163.512,38	320.720,60
Custos administrativos	1.007.302,78	856.579,17
Outros custos e perdas operacionais	67.920,25	49.389,09
	<i>Resultados operacionais</i>	<i>-1.543.943,33</i>
Custo líquido de financiamento (-)	84.196,82	74.376,31
Perdas em filiais e associadas		
	<i>Resultados não usuais ou não frequentes</i>	
<i>Resultados correntes</i>	<i>-1.628.140,15</i>	<i>-797.089,24</i>
Impostos sobre os resultados correntes		
	<i>Resultados correntes após impostos</i>	<i>-1.628.140,15</i>
<i>Resultado de operações de descontinuação (líquido de imposto)</i>		
Resultados extraordinários (+)		
Impostos sobre os resultados extraordinários		
	<i>Resultados extraordinários após impostos</i>	<i>-1.628.140,15</i>
<i>IRC – Imposto sobre o rendimento</i>	<i>1.507,50</i>	<i>3.258,40</i>
	<i>Resultados Líquidos</i>	<i>-1.629.647,65</i>
<i>Resultados(negativos) por acção</i>	<i>(4,52)</i>	<i>(2,21)</i>

Amieiros Verdes (Manteigas), 8 de Março de 2005

O Conselho de Administração

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Francisco José Ascensão Fraga

António Craveiro Lopes

O Técnico Oficial de Contas

Odete da Graça David Ganilha

SOTAVE – SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.
(Sociedade Aberta)

Contribuinte Nº 500.268.894 • Capital Social € 2.000.000,00
 Matrícula Nº 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

ANEXO

Lista de acções de que são titulares, em 31 de Dezembro de 2004, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, elaborada com base nos elementos por eles prestados (artº. 447, nº. 5, do Código das Sociedades Comerciais).

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DE ACÇÕES

	Saldo inicial	Aquisições				Alienações				Saldo final
	Quantidade	Data	Quant.	Preço Unitário €	Valor Transacção €	Data	Quant.	Preço Unitário €	Valor Transacção €	Quantidade
Conselho de Administração:										
Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira	100									100
Francisco José Ascensão Fraga	423	a)	3.710		18.065					4.133
António Craveiro Lopes	655									655
Conselho Fiscal:										
Dr. Álvaro Alberto Botelho Maia Gonçalves	1.125									1.125
Arq. João Adelino Paixão Salvado	9.000									9.000
Totais.....	11.303		3.710		18.065					15.013

a) Nota:

Em 20-03-2003	Em herança	3.535	Acções	Valor: 17.675,00	(V. Nominal)
Em 05-01-2004	Em Bolsa	10	Acções	Valor: 26,20	
Em 04-03-2004	Em Bolsa	25	Acções	Valor: 62,75	
Em 05-04-2004	Em Bolsa	20	Acções	Valor: 60,00	
Em 07-04-2004	Em Bolsa	30	Acções	Valor: 90,00	
Em 22-12-2004	Em Bolsa	40	Acções	Valor: 60,40	
Em 31-12-2004	Em Bolsa	30	Acções	Valor: 54,60	
Em 31-12-2004	Em Bolsa	20	Acções	Valor: 36,40	
Total		3.710	Acções	Valor: 18.065,35	

SOTAVE – SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.

(Sociedade Aberta)

Contribuinte Nº 500.268.894 • Capital Social € 2.000.000,00
Matrícula Nº 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

ANEXO

Lista de accionistas que, em 31 de Dezembro de 2004, e com base nos elementos por eles prestados, são titulares de, pelo menos, um décimo do capital, bem como dos accionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas fracções do capital (nº. 4 do artigo 448º. do Código das Sociedades Comerciais).

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital social:

Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho

Dr. Joaquim António Carvalho da Mota Veiga

Accionistas que deixaram de ser titulares das referidas fracções:

Maria Teresa Esteves Corte Real Negrão

ANEXO

Outras informações prestadas no âmbito do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Alínea b) do artigo 3º do Regulamento CMVM 11/2000 e Capítulo I, alínea g) da Instrução nº. 06/2004 da CMVM:

b) Indicação do número de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidos pelos órgãos sociais, e todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o período considerado.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DE ACÇÕES

	Saldo inicial		Aquisições				Alienações				Saldo final
	Quantidade		Data	Quant.	Preço Unitário €	Valor Transacção €	Data	Quant.	Preço Unitário €	Valor Transacção €	Quantidade
Conselho de Administração:											
Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira	100										100
Francisco José Ascensão Fraga	423	a)		3.710		18.065					4.133
António Craveiro Lopes	655										655
Conselho Fiscal:											
Dr. Álvaro Alberto Botelho Maia Gonçalves	1.125										1.125
Arq. João Adelino Paixão Salvado	9.000										9.000
Totais.....	11.303			3.710		18.065					15.013

d) Lista de titulares de participações sociais qualificadas, com a indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20º do CVM:

	Nº Acções	% Votos
Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho	97.000	26,90%
Dr. Joaquim António Carvalho da Mota Veiga.....	44.104	12,23%
Dra. Patrícia Negrão Duarte Madeira	23.700	6,58%
Herd. de José Neves Fraga	17.600	4,88%
Maria Teresa Esteves Corte Real Negrão.....	17.300	4,80%
Maria Alberta de Azevedo Botelho Maia Gonçalves.....	16.792	4,66%
Engº António Manuel de Lemos Santos	16.320	4,53%
Maria Teresa de Lemos Santos Almeida Ribeiro	15.657	4,35%
Engº Afonso Fernandes Lourenço da Silva	11.500	3,19%
Coronel Orlando José Saraiva G. Amaral	9.016	2,50%
Arq. João Adelino Paixão Salvado	9.000	2,50%

Manteigas, 8 de Março de 2005

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

« Exercício de 2004 »

1 – Nota Introdutória

A SOTAVE - Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S. A. foi constituída em 28 de Abril de 1960, com o capital de 6.000 contos, sendo actualmente de € 2.000.000.

O objecto social da empresa consiste no exercício da indústria têxtil - preparação e fiação de fibras do tipo de lã cardada, confecção de malhas e produção de têxteis-lar.

As notas que se seguem estão organizadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (Decreto-Lei nº. 410/89, de 21 de Novembro) e obedecem à respectiva sequência numérica. Os números omissos correspondem a notas não aplicáveis ou dizem respeito a situações não materialmente relevantes para a leitura das demonstrações financeiras.

2 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras são comparáveis com as do exercício anterior, excepto no que se refere a valores de amortizações sobre o imobilizado corpóreo, em virtude de, sobre o mesmo, se terem reduzido as taxas para 50% das habitualmente praticadas, cujo efeito se traduziu numa redução do valor das amortizações, no montante de € 156.760,30.

3 – Critérios valorimétricos adoptados:

3.1 – Imobilizações Corpóreas:

Preço de aquisição, excepto nos casos em que, ao abrigo dos diplomas legais constantes da nota 12, foram reavaliadas.

3.2 – Imobilizações Incorpóreas:

Preço de aquisição.

3.3 – Investimentos financeiros:

Valor de aquisição.

Nos restantes casos, não se alteraram os critérios valorimétricos utilizados em anos anteriores na valorização das existências, os quais respeitam os princípios estabelecidos no nº. 1, alínea a) do artº. 26º. do CIRC, e que são:

a) Matérias primas, subsidiárias e de consumo, incluindo mercadorias:

Preço de aquisição, incluindo todos os custos necessários até à entrada em armazém.

b) Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso:

1. Produtos acabados:

Manteve-se o critério valorimétrico desde há muito adoptado, tendo por base o preceituado na alínea c) do nº. 1 do artigo 26º do CIRC, conjugado com o nº. 4 do mesmo artigo.

2. Produtos e trabalhos em curso:

Custo de produção, baseado no cálculo teórico das várias operações, de acordo com critérios utilizados desde a fundação da Empresa.

c) Amortizações e provisões:

As amortizações e reintegrações foram calculadas segundo o método das quotas constantes conforme previsto no Decreto Regulamentar nº. 2/90. Contudo, porque todo o activo tangível não teve o desgaste habitual que resulta da normal laboração da fábrica, porque o decréscimo de produção assim o determinou, as taxas utilizadas no cálculo das amortizações correspondem a 50% das previstas no artigo 5º, redução essa que o nº. 2 do artigo 19º do referido Diploma contempla.

3. Provisões para créditos de cobrança duvidosa:

Encontram-se constituídas pelos valores estimados dos riscos de incobrabilidade, face à mora verificada, numa óptica de gestão, as quais nalgumas situações corresponde a óptica fiscal.

d) Subsídios ao Investimento:

Os subsídios ao investimento a Fundo Perdido são contabilizados em proveitos diferidos quando atribuídos, e são transferidos para resultados durante o período de vida útil dos correspondentes imobilizados.

6 – Indicação de situações que afectem significativamente impostos futuros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e a eventual correcção por parte das autoridades fiscais por um período de quatro anos – Artigo 45º da LGT (dez anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2001 a 2004 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004.

A empresa reflectiu, nos termos da Directriz Contabilística nº 28, nas suas Demonstrações Financeiras, o efeito, embora irrelevante, dos Impostos Diferidos relativamente a Provisões para cobranças duvidosas e reavaliações, cujo efeito é o seguinte:

Activo por impostos diferidos	13.667,30
Passivo por impostos diferidos.....	(28.824,70)
Imposto diferido da Reserva de reavaliação	(28.824,70)
Resultados transitados.....	(13.271,20)
Imposto diferido do exercício	(396,10)

Os Impostos diferidos activos relacionados com prejuízos acumulados não foram reconhecidos por uma questão de prudência. Caso tivessem sido reconhecidos, o activo e o capital próprio viriam aumentados em € 706.103, incluindo um aumento dos resultados de € 394.139.

7 – Número médio de pessoas ao serviço da empresa, no exercício

Empregados.....	20
Assalariados	216
Total	236

VÍNCULO	Nº. de Trabalh. em 01.01.04	ADMISSÕES		DEMISSÕES		Nº. de Trabalh. em 31.12.04
		Nº. Trabalh.	Mês	Nº. Trabalh.	Mês	
EFECTIVOS						
1. Empregados efectivos	16					16
2. Empregados a termo	1	3				4
3. Assalariados	216	11	Dezbº	18	Vários	209
A TERMO						
Assalariados:						
1. Certo	5	5	Divers.	3	Vários	7
2. Incerto						
ESTAGIÁRIOS	3			3	Julho	
TOTAL	241	19		24		236
NÚMERO MÉDIO DE TRABALHADORES						236

8 – Comentários às contas de Imobilizações incorpóreas

As alterações verificadas dizem respeito a custos incorridos com novas colecções de têxteis e alterações ao Lay out da confecção e cardação e fiação.

10 – Movimento ocorrido nas rubricas do activo immobilizado e nas amortizações acumuladas**ACTIVO BRUTO**

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Abates ou Transferências / Resultados	Saldo Final
432 – Desp. Invest. e Desenvolvimento	231.240,02	69.754,24			300.994,26
435 – Projectos de investimento	236.052,92	37.009,21		2.497,76	270.564,37
	467.292,94	106.763,45		2.497,76	571.558,63
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	73.616,65				73.616,65
Edifícios e outras construções	1.883.450,81				1.883.450,81
Equipamento básico	6.980.263,00				7.029.588,50
Equipamento de transporte	131.202,66	34.975,50		+14.350,00	131.202,66
Ferramentas e utensílios	21.377,82				21.377,82
Equip. administrativo e social	327.571,62	4.280,00			331.851,62
Outras imobilizações corpóreas	405.488,35	2.300,00			407.788,35
Imobilizações em curso	14.350,00			-14.350,00	0,00
	9.837.320,91	41.555,50		0,00	9.878.876,41
Investimentos financeiros					
Partes capital empresas grupo	31.592,78				31.592,78
Partes capital noutras empresas	31.592,78				31.592,78

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações		Saldo final
			Por reavaliação	Abat. e Alienac.	
Imobilizações incorpóreas: 483 – Despesas Invest. e desenvolv. 483 – Projectos de investimento	100.814,73 204.159,61	63.479,36 60.392,54		2.497,76	161.796,33 264.552,15
	304.974,34	123.871,90		2.497,76	426.348,48
Imobilizações corpóreas: Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Ferramentas e utensílios Equip. administrativo e social Outras imobilizações corpóreas	1.430.087,51 6.482.973,62 92.847,14 19.800,54 237.511,30 223.725,91	25.753,49 83.580,72 7.404,26 411,44 20.977,44 18.632,98			1.455.841,00 6.566.554,34 100.251,40 20.211,98 258.488,74 242.358,89
	8.486.946,02	156.760,33			8.643.706,35
Totais (483 + 482)	8.791.920,36	280.632,23		2.497,76	9.070.054,83

12 – Diplomas legais relacionados com reavaliações do activo imobilizado:

Os diplomas legais que serviram de base às reavaliações até agora efectuadas, foram os seguintes:

Decretos-Lei nºs 430/78, 219/82, 399G/84, 118B/86, 111/88, 49/91, 264/92 e 31/98.

16 – Firma e sede das empresas do grupo e das empresas associadas, com indicação da fracção de capital detida, bem como dos capitais próprios e do resultado do último exercício em cada uma dessas empresas, com menção desse exercício:

1 . Empresas do grupo: Nada a mencionar.

2 . Empresas Associadas:

- a) Lanifícios Império, de Esteves, Santos & Botelho, S.A
Sede: Amieiros Verdes – 6260 Manteigas
Fracção detida: 24,63%, que equivale a 4.900 acções.
Capital próprio em 2003: € 214.837,31
Resultado líquido: € - 86.468,97
- b) PRESTECO – Prestação de Serviços de Gestão Empresarial dos Amieiros, Lda.
Sede: Amieiros Verdes . 6260 Manteigas
Fracção detida: 24,00%, que equivale a uma quota de 1.200 €.
Capital próprio em 2004: € 5.370,60
Resultado líquido em 2004: € 370,60

23 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa:

Conta 218 - Clientes de cobrança duvidosa.....€ 631.677,46

28 – Discriminação das dívidas incluídas na conta “Estado e outros entes públicos” em situação de mora

Em 31 de Dezembro de 2004, os débitos em mora ao Estado e Outros Entes Públicos eram os seguintes:

1 – Estado

IVA – Imposto sobre o valor acrescentado	€ 175.497,02
IRS	€ 29.534,66
Imposto de selo	€ 12.663,80
IRC	€ 3.900,83

Nota:

Quanto aos impostos em mora, foi solicitada ao Chefe dos Serviços locais de Finanças a regularização dos mesmos, mediante pagamento em prestações.

30 – Valor das dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pela empresa

Ver comentários da nota 32

31 – Responsabilidade com títulos descontados:

O valor de letras descontadas,

e não vencidas em 31.12.2004, era de€ 991.507,09

32 – Descrição das responsabilidades da empresa, por garantias prestadas:

BPA/Millénium/BCP

A empresa contraiu um empréstimo a longo prazo, no valor de € 598.557,48, destinado a financiar o projecto de investimento, conforme contrato assinado com a Instituição Bancária, o qual se encontra garantido por livrança assinada em branco pela empresa. O referido empréstimo foi, entretanto, já amortizado com a 5^a prestação de € 99 759,58 sendo o saldo actual de € 99.759,42.

Também com este banco existe uma conta-corrente caucionada, titulada por garantia de hipoteca, constituída por 2 casas de habitação, no Bairro da Sotave, no valor de € 199.519,16.

Para garantir o valor dos incentivos foi, por este Banco, prestada uma garantia a favor do IAPMEI, no valor de € 153.355,41.

BNU/Caixa Geral de Depósitos:

Garantia prestada, através de hipoteca dos edifícios fabris, que constituem o artigo matricial nº. 872, inscrito nos Serviços de Finanças de Manteigas – freguesia de São Pedro -, até ao valor utilizado em conta corrente caucionada que, nesta data, atinge € 450.000,00.

Segurança Social:

Relativamente ao débito à Segurança Social no valor de € 149.030,98, foi feito um acordo para regularização do mesmo, através de hipoteca a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, oferecendo como garantia os prédios urbanos – matrizes nº 872 e 873.

34 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução/ Anulação	Saldo final
28 – Provisões para cobranças duvidosas	463.138,30		9.776,74	631.677,46
29 – Provisões para outros riscos e encargos	518.372,89	178.315,90	6.566,76	511.806,13
Totais	981.511,19	178.315,90	16.343,50	1.143.483,59

Nota:

A provisão para riscos e encargos, no montante de 511.806 euros, corresponde à responsabilidade assumida em anos anteriores relativamente a pensões de reforma a pagar a dois ex-administradores. Assim, apesar da Assembleia Geral, realizada em 31 de Março de 2004, ter deliberado a anulação do pagamento das referidas pensões, e do Tribunal ter julgado improcedente a providência cautelar apresentada por aqueles ex-administradores, entendeu-se que tendo em conta o princípio da prudência, se deveria manter nas contas a provisão acima mencionada, considerando o recurso de agravo apresentado pelos requerentes.

Por outro lado, a redução ao valor de 6.566 euros, resulta da diminuição das responsabilidades da Empresa pelo efeito da actualização do cálculo actuarial, o que foi reconhecido em resultados extraordinários.

36 – Composição do Capital Social:

Em 31 de Dezembro de 2004 o capital social da empresa de € 2.000.000, está totalmente subscrito e realizado, composto por:

400.000 acções ao portador com o valor nominal de € 5,00 em títulos de 1, 5, 10, 20, 50, 100 e 500 acções.

37 – Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas colectivas que nele detenham pelo menos 20%

Não existem pessoas colectivas que detenham 20% do capital social.

40 – Variações nas rubricas de Capitais Próprios:**CONTAS DE CAPITAIS PRÓPRIOS**

Contas	Saldo inicial €	Movimentos		Saldo final €
		+	-	
Capital	2.000.000,00			2.000.000,00
Acções próprias	-152.577,84			-152.577,84
Prémio de emissão de acções	523.737,79			523.737,79
Ajustamento de partes de capital				
Reservas de reavaliação	275.590,31	2.508,30	25.083,00	253.015,61
Reservas legais	448.918,11			448.918,11
Reservas livres	254.570,49		254.570,49	
Reservas a que se refere o art. 324 CSC	152.577,84			152.577,84
Reservas especiais	100.836,72			100.836,72
Resultados transitados	874.804,91	279.653,49	796.339,14	358.119,26
Resultado líquido do exercício	-793.830,84	793.830,84	1.629.647,65	-1.629.647,65
Totais	3.684.627,49	1.075.992,63	2.705.640,28	2.054.979,84

- As principais variações ocorridas nas rubricas de capitais próprios verificaram-se nas contas de reservas livres, e na de resultados transitados pela parte da reserva de reavaliação realizada no exercício de 2003 e pela aplicação do resultado líquido do exercício de 2003.

2. Capital Próprio

Acções próprias:

Em 31 de Dezembro de 2004 mantinha-se inalterado o total de acções próprias detidas pela empresa, de 39.340, incluindo as 437 acções atribuídas em aumentos de capital por incorporação de reservas. O preço médio de cada uma das acções detidas, em 31 de Dezembro de 2004, é de € 3,88.

41 – Demonstração do Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Mercadorias	Matérias primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais		794.409,45
Compras		599.804,98
		1.394.214,43
Regularização de existências		
Existências finais		653.242,32
Custo no exercício		740.972,11
<i>Totais</i>	740.972,11	

42 – Demonstração da variação de produção:

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais.....	902.948,10		906.096,89
Regularização de existências			
Existências iniciais	1.175.222,60		1.031.117,76
Variação no exercício.....	-272.274,50		-125.020,87
Total da variação da produção.....	-397.295,37		

43 – Remunerações dos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

O valor das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foi:

Administração	€ 130.115,39
Assembleia Geral - senhas de presença.....	€1.050,00
Conselho Fiscal - senhas de presença.....	€ 1.197,12

Responsabilidades com o pagamento de pensões de reforma a antigos membros dos órgãos acima referidos:

Pagamentos efectuados durante o exercício de 2004.....€ 23.930,74

44 – Informação por segmentos (Directriz Contabilistica nº. 27)

Segmento de negócio:

A empresa está dotada de sectores de produção que lhe permitem colocar no mercado vários produtos acabados, tais como: fios industriais, malhas a metro e confeccionadas, tecidos a metro e têxteis-lar.

Segmento geográfico:

A Sotave apenas detém uma unidade fabril onde está sediada: lugar dos Amieiros Verdes, freguesia de São Pedro, concelho de Manteigas.

Vendas por mercados:

Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços:

MERCADOS/ACTIVIDADES	MERCADOS			Total
	Interno	Intracomunitário	Países Terceiros	
VENDAS:				
Mercadorias	10.093,98			10.093,98
Produtos Acabados				
1. Fios	406.809,48	2.166,04	3.171,82	412.147,34
2. Malhas	1.149.020,82	14.481,92	967,96	1.164.470,70
3. Tecidos	502.202,42	284.437,66	126.553,94	913.194,02
4. Subprodutos	388,05			388,05
Total de vendas.....	2.068.514,75	301.085,62	130.693,72	2.500.294,09
PRESTAÇÕES SERVIÇOS				
1. Oficinas	48.496,88			48.496,88
2. Cardação e Fiação	4.726,90			4.726,90
3. Super-Cardado	12.146,48			12.146,48
4. Tinturaria	49.951,37			49.951,37
5. Ultimação	687,31			687,31
Total de Prestação Serviços	116.008,94			116.008,94
TOTAL VOLUME NEGÓCIOS	2.184.523,69	301.085,62	130.693,72	2.616.303,03

Activos e investimentos em imobilizações corpóreas e incorpóreas:

Distribuição de activos, por sectores

Fios	€ 2.834.471
Malhas	€ 1.787.151
Tecidos	€ 1.074.889
Secções de apoio.....	€ 1.333.077

Réditos e gastos segmentais:

4	Sectores	EXERCICIO DE 2004					2003 Total
		€	€	€	€	€	
1	Desenvolvimento das vendas	412.147,34	1.164.470,70	913.194,02	126.490,97	2.616.303,03	3.409.910,00
2	Outros proveitos operacionais	20.702,77	60.814,37	47.875,13		129.392,27	262.383,00
3	Total de proveitos = (1 + 2)	432.850,11	1.225.285,07	961.069,15	126.490,97	2.745.695,30	3.672.293,00
4	Custo das vendas e serviços	732.019,79	1.232.265,78	880.639,28	294.527,06	3.139.451,91	3.168.319,00
5	Custos distribuição imputados	40.559,77	68.920,71	54.031,90		163.512,38	320.720,00
6	Custos administrativos imputados	161.170,08	476.790,77	369.341,93		1.007.302,78	856.578,00
7	Outros custos operacionais	6.380,37	18.742,34	14.754,60		39.877,31	49.389,00
8	Total de custos = (4 A 7)	940.130,01	1.796.719,60	1.318.767,71	294.527,06	4.350.144,38	4.395.006,00
9	Réido = (3 - 8) margem bruta	-507.279,90	-571.434,53	-357.698,56	-168.036,09	-1.604.449,08	-722.713,00
10	Outros custos - outros proveitos	4.095,14	12.029,55	9.073,88		25.198,57	71.117,00
11	Réido segmentado	-511.375,04	-583.464,08	-366.772,44	-168.036,09	-1.629.647,65	-793.830,00

Investimentos em associadas pelo método da equivalência patrimonial:

Não detém actualmente a empresa qualquer participação social que lhe impute a responsabilidade de fazer reflectir nos seus resultados a parte relativa a associadas, pela utilização do método da equivalência patrimonial.

45 – Demonstração de resultados financeiros:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2004	2003		2004	2003
681-Juros suportados	130.420,28	74.780,11	781-Juros obtidos	20,71	403,80
682-Perdas em empresas do grupo			782-Ganhos em empresas associadas		
685-Dif. Câmbio desfavoráveis	1.486,21	533,08	785-Dif. Câmbio favoráveis	1.791,29	5.083,81
686-Descontos p. p. Concedidos	13.535,10	21.173,65	786-Descontos p. p. Obtidos	5.963,67	8.973,69
688-Outros custos e perdas financeiras	9.862,60	5.399,45	788-Outros proveitos e ganhos financeiros	63.331,70	62.528,57
Resultados Financeiros	-84.196,82	-24.896,42			
	71.107,37	76.989,87			
				71.107,37	76.989,87

46 – Demonstração dos resultados extraordinários:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2004	2003		2004	2003
691-Donativos	207,00	75,00	792-Recuper.dividas	4.579,04	
692-Dívidas incobráveis			796 – Redução provisões	9.776,74	
694-Perdas em imobilizado			794-Ganhos imobilizações	3.602,34	15.674,21
695-Multas e penalizações	79,98	782,32	795 – Redução pensões		20.681,78
697-Corr. relat. exercícios anteriores	27.498,21	3.420,39	797-Cor. relat. exercícios anteriores	1.980,86	9.039,56
698-Outros custos e perdas extraordinários	257,75	215,83	798-Outros proveitos e ganhos extraord.	68.609,71	70.595,50
Resultados Extraordinários	60.505,75	111.497,51			
	88.548,69	115.991,05			
				88.548,69	115.991,05

Nota:

A rubrica outros proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de € 48.186,86 relativo aos subsídios para investimento referentes aos seguintes projectos:

Projecto de reestruturação dos lanifícios..... € 1.409,60
 Simit..... € 41.794,95
 Projecto formação POEFDS € 4.982,31

47 – Informações exigidas por diplomas legais:

Títulos em caução 2.200 = € 11.000,00
 Cauções bancárias, nos termos do artº 396 do CSC € 15.000,00

Amieiros Verdes (Manteigas), 8 de Março de 2005

O Conselho de Administração

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Francisco José Ascensão Fraga

António Craveiro Lopes

O Técnico Oficial de Contas

Odeté da Graça David Ganilha

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

« Exercício de 2004 »

MÉTODO DIRECTO

ACTIVIDADES OPERACIONAIS		2004		2003
Recebimento de clientes		3.113.328,83		4.412.771,69
Pagamentos a fornecedores		1.182.436,17		1.497.482,96
Pagamentos a pessoal		<u>1.283.601,72</u>		<u>1.549.148,26</u>
Fluxo gerado pelas operações		<u>647.290,94</u>		<u>1.366.140,47</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(-)	86,05		27.053,84
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividade operacional	(-)	<u>822.034,42</u>		<u>1.381.144,29</u>
Fluxos gerados antes das rubricas Extraordinárias		(174.829,53)		(42.057,66)
Recebimentos relacionados com rubricas Extraordinárias	(+)	8.302,76		97.632,71
Pagamentos relacionados com rubricas Extraordinárias	(-)	<u>2.749,71</u>		<u>534,26</u>
Fluxos da actividade operacional	(1)		<u>-169.276,48</u>	<u>55.040,79</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	(+)			25.500,00
Imobilizações incorpóreas				
Imobilizações corpóreas				
Juros e proveitos similares	(+)	11,30	11,30	<u>252,48</u>
				25.752,48
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros				
Imobilizações corpóreas				
Imobilizações incorpóreas	(-)	53.322,40		93.171,60
Fluxos da actividade de Investimento	(2)	<u>535,50</u>	53.857,90	<u>42.903,49</u>
			<u>-53.846,60</u>	<u>136.075,09</u>
				<u>-110.322,61</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	(+)	1.209.722,08		451.398,79
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	(-)	970.372,06		390.120,21
Juros e custos similares	(-)	31.668,23		11.530,70
Aquisição de acções próprias	(-)		207.681,79	450,00
Fluxos das actividades de financiamento	(3)		207.681,79	<u>49.297,88</u>
Variação de caixa e seus equivalentes:				
(4) = (1)+(2)+(3)			-15.441,29	<u>-5.983,94</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período			135.529,22	141.513,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período			<u>120.087,93</u>	<u>135.529,22</u>

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

« Exercício de 2004 »

2 – Discriminação dos componentes de Caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de Caixa com as rubricas de balanço:

	2004	2003
Numerário	1.393,71	1.119,02
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	118.694,22	134.410,20
Caixa e seus equivalentes	120.087,93	135.529,22
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes do balanço	120.087,93	135.529,22

VI) Valores relativos às contas de balanço nas quais se reflecte o movimento de reforma e amortização sistemática de letras sacadas sobre clientes (numa base líquida)

Saldo no encerramento de balanço:

Conta 212 - Clientes	
Títulos a receber.....	€ 1.173.951,31
Conta 214 - Responsabilidade com letras descontadas	<u>€ 991.507,09</u>
Valor das letras em carteira.....	€ 182.444,22

Amieiros Verdes (Manteigas), 8 de Março de 2005

O Conselho de Administração

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Francisco José Ascensão Fraga

António Craveiro Lopes

O Técnico Oficial de Contas

Odeté da Graça David Ganilha

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. De acordo com as disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu parecer sobre o Relatório e Contas e Proposta de Aplicação de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração da SOTAVE – SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A., referentes ao exercício de 2004.
2. No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a actividade da Sociedade, através da análise das suas contas e dos princípios e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através de contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados.
3. No âmbito da nossa competência, verificámos a regularidade dos livros, dos registos contabilísticos e dos documentos que lhes servem de suporte. Considerando que a Empresa decidiu elaborar uma segunda versão das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2004, foi necessário reapreciar as alterações efectuadas, tendo sido emitida nova Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria.
4. O Relatório do Conselho de Administração, reflecte de forma adequada a actividade desenvolvida pela Sociedade durante o exercício de 2004. O Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, o respectivo Anexo e a Demonstração dos fluxos de caixa, encontram-se elaborados em conformidade com a legislação aplicável e os princípios contabilísticos geralmente aceites.
5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, com duas ênfases, emitida nesta data pelo Revisor Oficial de Contas a qual se dá aqui como reproduzida e fica a fazer parte integrante deste documento, manifestando o Conselho Fiscal a sua concordância com a mesma.
6. Nestes termos, o Conselho Fiscal entende dever dar parecer favorável sobre a administração da Sociedade e designadamente sobre o Relatório e Contas apresentados aos Senhores Accionistas pelo Conselho de Administração, devendo no entanto salientar o seguinte:
Conforme referido no Relatório de gestão, o volume de negócios registou um decréscimo de 23,2%, como consequência da crise conjuntural e do sector têxtil em particular, o que originou um agravamento do prejuízo comparativamente com o exercício anterior. Por outro lado, as dificuldades financeiras agravaram-se no decurso do ano de 2004, tendo sido necessária uma reestruturação das dívidas a Instituições bancárias, conforme se encontra mencionado na Certificação Legal das Contas. Neste contexto, o Conselho Fiscal entendeu dever alertar o Conselho de Administração e os accionistas para a necessidade de serem tomadas as medidas que forem consideradas mais convenientes, com vista à continuidade do normal funcionamento da empresa.
7. Face ao exposto, somos do parecer que a Assembleia Geral da SOTAVE – SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A., aprove:
 - a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004,
 - b) A Proposta de Aplicação dos Resultados constante dos mencionados documentos.

9 de Março de 2005

O CONSELHO FISCAL
GRANT THORNTON & ASSOCIADOS – SROC LDA
Representada por
Carlos António Lisboa Nunes
ROC n.º 427
ÁLVARO ALBERTO BOTELHO MAIA GONÇALVES
JOÃO ADELINO PAIXÃO SALVADO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, da SOTAVE - SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2004 (que evidencia um total de 5.120.021 euros, e um total de capital próprio de 2.054.980 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.629.648 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.
2. Conforme mencionado no parágrafo 9 abaixo, em data posterior ao nosso exame, a Empresa elaborou novas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, com data de 8 de Março de 2005, diferentes das que haviam sido emitidas pela Empresa com data de 31 de Dezembro de 2004. Por esta razão, nos termos da Norma Internacional de Auditoria 560, emitimos a presente certificação, a qual substitui a que foi emitida em 22 de Fevereiro de 2005, sobre as primeiras demonstrações financeiras preparadas pela Empresa.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

5. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
7. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SOTAVE - SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 9.1. Em data subsequente à emissão da nossa primeira Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, a Empresa decidiu proceder a correcções relacionadas com a provisão para pensões de reforma. Por esse motivo, foram preparadas novas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, com data de 8 de Março de 2005, diferentes das que haviam sido emitidas pela Empresa datadas de 31 de Dezembro de 2004, e que tinham sido a base para a emissão da nossa primeira Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria.
- 9.2. As dificuldades financeiras da Empresa agravaram-se no decurso do ano de 2004, principalmente devido a uma redução significativa das vendas, relativamente ao ano anterior, tendo sido necessário proceder à reestruturação financeira das dívidas para com as Instituições Bancárias. Por outro lado, a crise que se verifica no sector de actividade em que a Empresa se insere, poderá originar o aumento das dificuldades acima mencionadas, pelo que se impõe a tomada de decisões por parte dos accionistas no que respeita ao futuro da Empresa.

9 de Março de 2005

Grant Thornton & Associados – SROC Lda

(Carlos António Lisboa Nunes)

(ROC n.º 427)

SOTAVE – SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A

(Sociedade Aberta)

Contribuinte nº. 500 268 894 Capital social: € 2.000.000,00

Matrícula nº. 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

Amieiros Verdes – 6260 MANTEIGAS

«»

Extracto da Acta nº. 59, da Assembleia Geral Anual de 19 de Março de 2005

DELIBERAÇÕES

“(...)

Ponto 1 – *Ratificar a designação, por cooptação, de António Craveiro Lopes para Administrador, ocorrida em 1 de Julho de 2004;*

Foi ratificada a cooptação com 2.128 votos a favor, 760 contra e 20 abstenções.

Ponto 2 – *Apreciar, discutir e votar o relatório de gestão e as contas apresentados pelo Conselho de Administração respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004:*

(...)

Assim, o relatório de gestão e contas foram aprovados com 1.952 votos a favor, 763 contra e 193 abstenções.

(...)

Ponto 3 – *Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados relativos ao mesmo exercício:*

(...) A proposta foi aprovada com 2.469 votos a favor, 163 contra e 276 abstenções.

Ponto 4 – *Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade durante o exercício em causa;*

(...)

(Fizeram-se duas votações separadas, para apreciação geral da: 1) administração; 2) fiscalização)

1) Administração:

Votação: Favor	1.826 votos
Contra	772 votos
Abstenções	310 votos

2) Fiscalização da empresa:

Votação: Favor	2.063 votos
Contra	441 votos
Abstenções	404 votos

Ponto 5 – *Deliberar sobre a autorização para a compra e venda de acções próprias da Sociedade:*

(...)

A proposta foi aprovada com 2.745 votos a favor, 163 votos contra.

Ponto 6 – *Proceder à eleição dos membros dos órgãos sociais para o triénio 2005-2007 (Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comissão a que alude o nº. 2 do artigo 24º do pacto social);*

(...)

Feitas as votações, obtiveram-se os seguintes resultados:

Assembleia Geral:

Votação: Favor	2.044 votos
Abstenções	443 votos

Nota: não votaram os elementos que constituem este órgão, num total de 421 votos.

Conselho de Administração:

Votação: Favor	2.144 votos
Contra	441 votos
Abstenções	276 votos

Nota: não votaram os elementos que constituem este órgão, num total de 47 votos.

Foi feita uma outra votação, nos termos do nº. 3 do Artigo 398º do CSC, relativamente ao candidato João Clara Assunção:

Votação: Favor	2.267 votos
Abstenções	636 votos

Nota: Não votou o candidato, nem outro accionista que, no momento, não se encontrava na sala, num total de 5 votos.

Conselho Fiscal

Votação: Favor	2.347 votos
Abstenções	444 votos

Nota: Não votaram os elementos que constituem este órgão, num total de 117 votos.

Comissão de Remunerações

Votação: Favor	2.151 votos
Abstenções	599 votos

Nota: Não votaram os elementos que constituem este órgão, num total de 158 votos.

Os membros dos órgãos sociais eleitos para o triénio 2005-2007, foram:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:	Drª. Maria Margarida Chaves Gomes Medeiros
Vice- Presidente	Major António Emídio de Bastos Rabaça
1º. Secretário	Dr. Luís José dos Santos Melo
2º. Secretário	Drª. Patrícia Negrão Duarte Madeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO FISCAL

Presidente: Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes
Vogais: Dr. Álvaro Alberto Botelho Maia Gonçalves
Engº. Afonso Fernandes Lourenço da Silva

COMISSÃO DE REMUNERACÕES

Presidente: Dr. Luís José dos Santos Melo
Vogais: Arquitecto João Adelino Paixão Salvado
Engº. José Paulo Ascensão Fraga
(...)"

Manteigas, 22 de Março de 2005

Pelo Conselho de Administração

Francisco José Ascensão Fraga